

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 47/2022-PGJ, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.**

Altera a Resolução nº 30/2017-PGJ, de 30 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Regime de Suprimento de Fundos, mediante utilização do Cartão de Pagamentos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, CPMPMS.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO a entrada em vigor do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, eSocial, e da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais, EFD-Reinf,

RESOLVE:

Art. 1º Os §§ 2º, 3º e 6º do art. 16 da Resolução nº 30/2017-PGJ, de 30 de novembro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. (...)

(...)

§ 2º Na contratação de serviços de pessoa jurídica em que haja obrigatoriedade de retenção do INSS, e na contratação de serviços de pessoa física, cuja retenção de INSS é obrigatória, o agente suprido deverá efetuar a retenção, realizar o depósito do valor retido na conta bancária do MPMS (Banco do Brasil, Agência 2576-3, Conta-Corrente 50.141-7) e encaminhar o comprovante do depósito juntamente com nota fiscal ou recibo de prestação de serviços (Anexo VI), e, ainda, no caso de pessoa física, as informações do NIT ou PIS/PASEP e a data de nascimento do prestador de serviços, em até 24 (vinte e quatro) horas após a emissão do documento fiscal, para o endereço eletrônico sefin@mpms.mp.br, da SEFIN, que realizará o recolhimento do tributo em tempo oportuno.

§ 3º Na contratação de serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e manutenção ou reparo de veículos executados por microempreendedor individual, MEI, o agente suprido deverá encaminhar, em até 24 (vinte e quatro) horas, a nota fiscal exclusiva dos serviços supracitados, contendo obrigatoriamente informações do NIT ou PIS/PASEP e a data de nascimento do prestador de serviços para o endereço eletrônico sefin@mpms.mp.br, da SEFIN, que efetuará o pagamento da obrigação patronal em procedimento próprio.

(...)

§ 6º Os pagamentos de juros, multas e demais acréscimos decorrentes de envio dos documentos fora do prazo serão de inteira responsabilidade do agente suprido ou de seu superior hierárquico, conforme o caso, os quais não poderão ser suportados pelos recursos do Suprimento de Fundos." (NR)

Art. 2º O Anexo VI da Resolução nº 30/2017-PGJ passa a vigorar conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º Ficam revogados os §§ 4º e 5º do art. 16 da Resolução nº 30/2017-PGJ.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 21 de outubro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça



ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 47/2022-PGJ, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.

Prestação de Contas do Suprimento de Fundos Recibo de Prestação de Serviços	Anexo VI
---	-----------------

Agente suprido(a): _____

Local: _____ Data: _____

1. VALOR BRUTO	R\$
2. ISSQN	R\$
3. IRRF	R\$
4. INSS	R\$
5. OUTROS	R\$
6. TOTAL DAS DEDUÇÕES (2+3+4+5)	R\$
7. LÍQUIDO A RECEBER (1 - 6)	R\$

Declaro que recebi do(a) agente suprido(a) acima identificado a importância líquida demonstrada, referente aos serviços abaixo especificados:

Qtd.	Especificação	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Total Geral			

<p align="center">ATESTADO</p> <p>Atestamos que os serviços foram executados.</p> <p>Local: _____, data ____/____/____.</p> <p align="center">Agente suprido(a) (assina)</p> <p align="center">Chefia Imediata (assina)</p>	<p align="center">QUITAÇÃO</p> <p>Dou quitação do valor acima.</p> <p>Local: _____, data: ____/____/____.</p> <p>Nome: CPF/RG: NIT ou PIS/PASEP: Data de nascimento:</p> <p align="center">Fornecedor (assina)</p>
--	--

PORTARIA Nº 5215/2022-PGJ, DE 25.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 1, Assep 1, no período de 24 a 27.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5216/2022-PGJ, DE 25.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão de Planejamento e Gestão Estratégica no período de 24 a 27.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5217/2022-PGJ, DE 25.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 44ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristiane Barreto Nogueira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 76ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti; e tornar sem efeito a Portaria nº 4923/2022-PGJ, de 4.10.2022, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5214/2022-PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão da Ouvidoria do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul no período eleitoral de 2022, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTOR DE JUSTIÇA
28 a 30.10.2022	Renzo Siufi

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5228/2022-PGJ, DE 25.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Prorrogar, até o dia 11.11.2022, os efeitos da Portaria nº 4698/2022-PGJ, de 21.9.2022 que designou Promotores de Justiça para coadjuvar a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia nos inquéritos policiais já relatados e pendentes de manifestação ministerial em carga na referida Promotoria de Justiça.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5206/2022-PGJ, DE 24.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati 1 (um) dia de compensação no dia 21.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 14 a 17.4.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5207/2022-PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina no dia 21.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5208/2022-PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Antonio Carlos Garcia de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Brasilândia no dia 25.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5210/2022-PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Nova Alvorada do Sul, Maurício Mecelis Cabral, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Iguatemi nos dias 25 e 26.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5211/2022-PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara da Justiça Militar Estadual no dia 25.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5212/2022-PGJ, DE 24.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Andre Luiz de Godoy Marques para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Itaquiraí, no julgamento dos Autos nº 0001149-82.2011.8.12.0051, no dia 26.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5213/2022-PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Itaquiraí, no julgamento dos Autos nº 0000307-97.2014.8.12.0051, no dia 17.11.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5188/2022-PGJ, DE 21.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire 1 (um) dia de compensação no dia 21.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 21 a 27.8.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5176/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri da 1ª Vara da comarca de Costa Rica, conforme segue:

AUTOS	DIAS
0000702-74.2021.8.12.0009	29.11.2022
0001342-87.2015.8.12.0009	30.11.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5183/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os membros abaixo relacionados para participarem da aula presencial do curso “Programa de Atualização Criminal - Direito Penal, Processo Penal e Legislação Extravagante”, no dia 20.10.2022, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

- Claudia Loureiro Ocariz Almirão
- Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos
- Douglas Silva Teixeira
- Evaldo Borges Rodrigues da Costa
- Jean Carlos Piloneto
- João Meneghini Girelli
- Jui Bueno Nogueira
- Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto
- Luciana Moreira Schenk
- Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
- Pedro de Oliveira Magalhães
- Radamés de Almeida Domingos
- Renata Ruth Fernandes Goya Marinho

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5180/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Amambai, Michel Maesano Mancuelho, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar o Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2022.00000521-1, em trâmite na Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5182/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da comarca de Água Clara, conforme segue.

MEMBRO	DIA
Luiz Gustavo Camacho Terçariol	26.10.2022
Gabriel da Costa Rodrigues Alves	27.10.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5178/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da 2ª Vara da comarca de Maracaju, conforme segue:

MEMBRO	DIAS
Murilo Hamati Gonçalves	17.10.2022
Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	19.10.2022
Nara Mendes dos Santos Fernandes	20.10.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5177/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Adjunto da comarca de Coxim no dia 19.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5135/2022-PGJ, DE 18.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 62ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 5 a 10.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira; e tornar sem efeito a Portaria nº 4754/2022-PGJ, de 23.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5136/2022-PGJ, DE 18.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 64ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 3 a 5.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante; e tornar sem efeito a Portaria nº 4959/2022-PGJ, de 5.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5137/2022-PGJ, DE 18.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 10ª Promotora de Justiça de Dourados, Rosalina Cruz Cavagnolli, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 27.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5138/2022-PGJ, DE 18.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da Vara da Justiça Militar Estadual, conforme segue:

MEMBRO	DIAS
Aline Mendes Franco	18.10.2022
José Luiz Rodrigues	19.10.2022
Fernando Jorge Manvailer Esgaib	26.10.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5139/2022-PGJ, DE 18.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 3ª Vara Criminal da referida Comarca no dia 21.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5175/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da comarca de Porto Murtinho no período vespertino, conforme segue.

MEMBRO	DIA
Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	18.10.2022
Alexandre Estuqui Junior	20.10.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5181/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Jean Carlos Piloneto para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Porto Murtinho no dia 19.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5179/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 66º Promotor de Justiça de Campo Grande, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Maracaju nos dias 25 e 26.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5189/2022-PGJ, DE 21.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 66º Promotor de Justiça de Campo Grande, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju no dia 27.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5149/2022-PGJ, DE 19.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, incisos V e XI, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Publicar a decisão de aposentadoria por incapacidade laborativa permanente de Celestino Figueiredo Cristaldo, Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a partir de 17.7.2022, expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social, INSS, nos termos dos artigos 42 e 101 da Lei Federal nº 8.213, de 24.7.1991, dos artigos 43 e 46 do Decreto Federal nº 3.048, de 6.5.1999, e da Portaria do Ministério da Previdência Social nº 359, de 31.8.2006.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 5192/2022-PGJ, DE 24.10.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marco Aurelio de Sá Baptista, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças no período de 3 a 7.10.2022, em razão de afastamento da titular, Elisa Mari Kihara Zaha.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5193/2022-PGJ, DE 24.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Saulo Giulhiano Ricaldes Gonçalves, Chefe do Núcleo de Controle e Autuação, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Cadastro e Distribuição Processual no período de 13 a 21.10.2022, em razão de afastamento do titular, Marcus Vinícius Pereira Alegre.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5195/2022-PGJ, DE 24.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 29ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 13.10 a 1º.11.2022, em razão de afastamento do servidor Vinicius Ferreira Martins, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5196/2022-PGJ, DE 24.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Alecy Dias da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Promotoria de Justiça de Bela Vista, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Bonito no período de 13 a 21.10.2022, em razão de afastamento do servidor Thiago Simioli Holsback, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5197/2022-PGJ, DE 24.10.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diego Bueno Ferraz de Moura, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 61ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 13ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 17.10 a 4.11.2022, em razão de afastamento da servidora Elisa Parra Katayama, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5198/2022-PGJ, DE 24.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 13 a 21.10.2022, em razão de afastamento do servidor Leandro Lima dos Santos, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5199/2022-PGJ, DE 24.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andreia Daiane Vargas, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Pagamento, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Financeira no dia 5.9.2022 e no período de 13 a 21.10.2022, em razão de afastamento da titular, Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5200/2022-PGJ, DE 24.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andreia Daiane Vargas, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Pagamento, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Programação Financeira nos dias 8 e 9.9.2022 em razão de afastamento da titular, Gladys Esmelda Barrios Amarilha.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5201/2022-PGJ, DE 24.10.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Contabilidade, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Contabilidade nos dias 13 e 14.10.2022 e no período de 17 a 26.10.2022, em razão de afastamento do titular, Marco Aurelio de Sá Baptista.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5202/2022-PGJ, DE 24.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Wilson Nantes de Oliveira, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo da Secretaria de Distribuição e Acompanhamento Processual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Cadastro e Distribuição Processual no período de 24.10 a 1º.11.2022, em razão de afastamento do titular, Marcus Vinícius Pereira Alegre.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5225/2022-PGJ, DE 25.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andréia Fernandes Francischini, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Projetos e Serviços de TI no período de 25 a 27.10.2022, em razão de afastamento do titular, Gustavo Rocha Lobato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5226/2022-PGJ, DE 25.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no dia 30.9.2022 e no período de 4 a 7.10.2022, em razão de afastamento da servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5227/2022-PGJ, DE 25.10.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Frederick Werner Castellani Viacek, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Sistemas de Informação, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação no dia 13.10.2022, em razão de afastamento da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2022, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

6. Expedientes:**6.1. Expediente encaminhado para ciência:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0936/2022/CGMP/MS, de 22.9.2022.** O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, em atenção ao disposto nos artigos 18, inciso XV, e 59, § 5º, da Lei Complementar nº 72/94 e ao que determina o artigo 40 da Resolução nº 001/2022-CSMP/MS, encaminha Relatório Circunstanciado Semestral dos Membros do Ministério Público em Estágio Probatório referente ao período de março a agosto de 2022. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00110102-0*).

6.2. Expedientes encaminhados para apreciação:**1. 20ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- **Requerimento**, de 26.9.2022. O Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00111206-0*)

2. Corregedoria-Geral do Ministério Público:

- **Ofício nº 0988/2022/CGMP/MS, de 3.10.2022.** (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00113877-2*)

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Expedientes:**

1. **Requerimento** subscrito pelo Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger titular da 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande e no exercício do cargo de Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público, informa a conclusão do Curso **de Pós-Graduação, nível mestrado, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)**, sob a orientação do Professor Pedro Henrique Demercian, no eixo de Pesquisa: Processo Penal Garantista e Medidas de Emergência, e encaminha cópia do Boletim de Avaliação dos créditos cursados; cópia da Ata de Defesa e aprovação e cópia impressa da Dissertação Desenvolvida. (*PGA 09.2022.00002320-1*)

Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

2. **Relatório trimestral** encaminhado pelo 1º Promotor de Justiça da comarca de Coxim, Marcos André Sant'ana Cardoso, em que relata sobre as atividades desenvolvidas no primeiro trimestre do curso "Master of Laws", ministrado na Universidade de Syracuse, localizada na cidade de Syracuse, Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, curso para o qual está gozando de licença integral, com prejuízo das suas funções. (*PGA 09.2022.00002898-1*)

Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

**7.2. Julgamento de processo:****7.2.1. Eleição:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009900-0**

Expediente: Aviso nº 4/2022/PGJ, de 30.9.2022, publicado no DOMPMS nº 2.760, em 3.10.2022.

Assunto: Eleição para composição da Comissão do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no cargo de Promotor de Justiça Substituto, para a fase II – provas escritas.

Inscritos: Promotores de Justiça Matheus Macedo Cartapatti, Eduardo Franco Cândia, Paulo Leonardo de Faria, Fernando Martins Zaupa, Thalys Franklyn de Souza, Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro, Renata Ruth Fernandes Goya Marinho e Leonardo Dumont Palmerston.

PAUTA DA 20ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2022.**1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006085-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007638-4.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001497-9.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000420-4.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001528-8.

5. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001766-5.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**1.2.1. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009207-3:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001973-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001884-9.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001654-0.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001888-2.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000748-9

**Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000001-2.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000531-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000368-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000540-7.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000585-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000588-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000654-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001008-7.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000319-0.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000590-0.

1.2.2. CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009208-4:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001872-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002107-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000144-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001050-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001177-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000077-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000522-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000569-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000646-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000758-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000855-9.

**1.3. Análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:****1.3.1. CONSELHEIRA RELATORA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000855-9**

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis

(PGA nº 09.2022.00009208-4)

1.4. Comunicação de Termos de Ajustamento de Conduta firmados em Inquéritos Civis e Procedimentos, celebrados na fase judicial, submetidos à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme § 9º do art. 6º da Resolução nº 006/2019-CPJ, de 5.4.2019:**1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Ofício nº 0774/2022/16PJ/DOS, de 13.10.2022, o 16º Promotor de Justiça da comarca de Dourados, Ricardo Rotunno, encaminha cópia do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2016.00000212-7, bem como da sentença homologatória, para fins de registro, nos termos do Enunciado nº 23, de 2 de junho de 2020. (Protocolo Unificado nº 02.2022.00118494-4)

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Civis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001378-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apuração de eventual ilegalidade no aluguel, por parte do Poder Executivo Municipal, de aparelho de eletrocardiograma para atendimento às necessidades do Hospital Municipal.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002112-1 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000575-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Medeiros Navarro LTDA.

Assunto: Apurar a necessidade de correção de classe de área no Cadastro Ambiental Rural da "Fazenda Água Vermelha" - Área E, conforme Parecer n.º 072/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano).

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000130-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Naiara Tenório de Albuquerque

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental referente a não inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, do imóvel rural Lote nº 10, em Angélica/MS, conforme Parecer nº 048/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios: Projeto Córrego Engano).

2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000935-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sinaldo José de Freitas

Assunto: Apurar o funcionamento de possível "açougue clandestino", o qual estaria em atividade na residência de Sinaldo José de Freitas, localizada na Rua Joaquim Murtinho nº 1751, no município de Paranaíba.

**2. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001533-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual despejo irregular de esgoto no rio Taquari, nesta cidade e comarca de Coxim-MS.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000743-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica

Requerido: Fabio de Souza Garcia

Assunto: Colher elementos que permitam a tomada de compromisso de ajustamento de conduta com o requerido Fabio Souza Garcia pela prática de supressão/desmate de vegetação nativa que resultou em 2,44 hectares na propriedade rural denominada Fazenda Barracão, localizada na zona rural de Costa Rica/MS.

4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00001728-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Recorrente: PRIME Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na rescisão amigável dos contratos 239/2021, 240/2021 e 241/2021, celebrados entre o Município de Água Clara e a empresa Quality Flux automação e Sistema Ltda.

5. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00004264-0 – SIGILOS

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

6. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00005657-7

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Recorrente: Mapfre Seguros Gerais S.A.

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Conhecer de denúncia narrando suposta venda irregular de seguro agrícola.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001980-4 – SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002490-7

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nioaque

Requerentes: Ministério Público Estadual e Polícia Militar

Requeridos: Prefeitura Municipal de Nioaque

Assunto: Apurar eventual violação aos direitos das crianças e adolescentes, consistente na utilização de veículos para transporte público escolar, sem realização das vistorias oficiais e sem autorização do órgão competente, conforme estabelece o artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002732-6

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual aterro clandestino de resíduos sólidos localizado na “Estrada Mineral”, que liga a rodovia MS 080 à rodovia MS 010, após o DETRAN, em Campo Grande/MS.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00003162-0 – SIGILOS

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00000890-0

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultura, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Marisa Antônia de Oliveira e Jorge Antônio de Oliveira



Assunto: Apurar eventual degradação em área de preservação permanente, localizada na Fazenda Cachoeirinha, matrícula imobiliária n. 7710 do CRI da 1ª Circunscrição de Campo Grande, no Município de Campo Grande/MS.

12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000597-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Cirineu Salas Mansano, Cláudio Simão Salas Mansano e outros

Assunto: Apurar danos ambientais decorrentes da extração ilegal de árvores nativas nas áreas 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da reserva legal da Fazenda Santo Antônio identificados pelo Relatório de Vistoria n. 22/3ºGPMA/2019.

13. Inquérito Civil nº 06.2020.00001160-5

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar as causas da insuficiência de vagas na Educação Infantil em Três Lagoas/MS, bem como empreender medidas colaborativas para a superação do problema.

14. Inquérito Civil nº 06.2021.00000775-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mônica Jacintho de Biasi

Assunto: Apurar desmatamento de 6.07 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Vitória do Ivinhema, em Ivinhema/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 33/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

15. Inquérito Civil nº 06.2021.00000970-3

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara de Vereadores de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na dispensa de licitação 09/2021, manejada pela Câmara Municipal de Três Lagoas para a adequação do seu estacionamento.

16. Inquérito Civil nº 06.2021.00001106-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual exercício irregular da profissão dos servidores comissionados Marla Diniz Brandão e Mariana Alves Rodrigues da Rocha, na Câmara de Vereadores de Bonito, e Osmar Prado Pias, na Prefeitura Municipal de Bonito.

17. Inquérito Civil nº 06.2022.00000348-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adriane Garcia Carvalho

Assunto: Apurar regularidade jurídica ambiental em 1,20 ha de vegetação nativa, causados pelo trânsito de gado constatando erosões de porte médio ao leito de um córrego, na Fazenda Santa Maria em Paranaíba/MS.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000393-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia-MS

Requerido: Município de Cassilândia-MS

Assunto: Apurar o eventual descumprimento do disposto no artigo 52, inciso II, do Estatuto da Cidade, com relação ao imóvel inscrito na matrícula nº 2.870 do Cartório do 1º Ofício desta comarca.

**2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000674-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Akira Otsubo - Prefeito Municipal de Bataguassu; José Roberto Bolach; Cleyton Rodrigo da Silva e Eder Nascimento de Moraes

Assunto: Apurar eventual dano causado ao patrimônio municipal, em decorrência da doação de bens móveis, pelo então prefeito Akira Otsubo, ao particular José Roberto Bolach, sem observância das formalidades legais.

3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00004000-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Município de Três Lagoas

Recorrido: 7ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas

Assunto: Eventual arbitrariedade da atual gestão da Prefeitura Municipal de Três Lagoas que, na seara consumista, estaria elaborando novas regras e normas, aumentando e criando novas taxas (cobrando taxas que não eram cobradas), sem consulta pública ou divulgação.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000665-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Nova Andradina

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001670-0

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta de coleta seletiva no Distrito de Anhanduí.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001029-8

7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar a transparência e o regular funcionamento da Ouvidoria municipal.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000824-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Aquilatar eventual injuridicidade na contratação direta da empresa Sibut de Araújo Sociedade Individual de Advocacia, por inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica de questionável singularidade.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000937-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar os consectários ambientais decorrentes da supressão, sem licença, de 21 ha de vegetação nativa do bioma pantanal, no interior da “Fazenda Riacho do Urucum”, arrendada pela mineradora 3A Mining S/A.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:**1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000517-0 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000102-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leopoldo Pozzi, Pozzi Agropecuária Ltda

Assunto: Apurar desmatamento de 16,28 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Planalto da Serra, em Miranda,



sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 306/17/NUGEO (Operação Cervodo-Pantanal) e Parecer n. 268/20/CEIPPAM.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000132-2

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN

Assunto: Apurar o risco/inadequação da estrutura do EPFIIZ e a sequente necessidade de reforma da unidade prisional, objetivando salvaguardar a integridade física e a saúde das internas.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000457-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Cláudio Xavier de Paula

Assunto: Apurar desmatamento de 22 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda São Miguel, em Pedro Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 031/3ªCIA/BPMA/2022.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000678-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alessandro César Mochi e Jaci Mochi

Assunto: Apurar ausência de 48 hectares de vegetação arbórea densa em área de Reserva Legal, na Fazenda Lisboa – Seção A, em Juti, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 007/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS, do Programa SOS Rios – Projeto Córrego Curupaí.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000955-4 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000838-1 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bonito

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDO JOSÉ DE LIMA:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00006498-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Recorrente: Ana Luzia de A. B. M. Abrão

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possível dano ambiental supostamente ocorrido em Área de Preservação Permanente, dentro da RPPN Ernesto Vargas Baptista.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000564-3 – SIGILOSO

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000259-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agostinho Francisco Ludwig

Assunto: Apurar desmatamento ilegal de 14,18 hectares, ocorrido na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, em tese, praticados por Agostinho Francisco Ludwig, conforme Auto de Infração Imasul nº 4044 e Laudo de Constatação nº 12178 e Parecer n. 404/20/Nugeo.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000549-5

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Município de Sidrolândia

Assunto: Apurar a ausência de Agentes Comunitários de Saúde para atender as famílias residentes entre os Lotes n.º 482 a n.º 578 no Assentamento Eldorado II, localizado nesta Comarca de Sidrolândia/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001824-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas no Processo Seletivo realizado pelo Município de Ponta Porã/MS (Edital/PS n. 01/2019) visando a contratação de servidores temporários.

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000897-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Almir de Oliveira Ávila

Assunto: Apurar eventual ocorrência de desmatamento de 25,47 hectares de vegetação nativa, no período de 13/11/2015 a 12/12/2017, sem a devida Autorização Ambiental para a Supressão de Vegetação, na Fazenda Racho Ávila II, de propriedade de Almir de Oliveira Ávila, conforme dados do Programa DNA Ambiental (2016-2017), Parecer n.º 384/19/Nugeo.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001460-6

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível ilegalidade na aplicação de verbas públicas pelo Hospital Dona Elmiria Silvério Barbosa, consistente no pagamento de aluguel de um arco cirúrgico.

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000520-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Juiz de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Juizado Especial da Comarca de Dourados

Requerido: CLARO S.A. (NET/CLARO)

Assunto: Apurar a prática de poluição sonora ocasionada pelos ruídos emitidos por um gerador de energia instalado na Rua Hayel Bon Faker, 3770, de propriedade da empresa Claro S.A.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001250-0

4ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar se a data designada para posse dos funcionários concursados vem acarretando prejuízo ao funcionamento das unidades de saúde do Município (originário do Inquérito Civil nº 018/2015).

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002210-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque

Requerido: Alair Bazilio da Costa Souza

Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido na Chácara Santa Elena - Colônia Padroeira do Brasil, em Nioaque/MS, de propriedade de Alair Bazilio da Costa Souza.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001090-6

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Neyde Ramires Veron

Assunto: Apurar notícia indicativa da ocorrência de atos de improbidade administrativa consistente no recebimento de



remuneração indevida por parte da servidora Neyde Ramires Veron, que apesar de cedida para o Município de Laguna Carapã, estaria recebendo em duplicidade.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000392-4 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Água Clara

6. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000419-0

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Brasilândia

Requerente: Câmara Municipal de Brasilândia

Requerido: Sanesul

Assunto: Analisar o contido no ofício nº 224/SEC/2021, oriundo da Câmara Municipal de Brasilândia, referente à qualidade da água fornecida aos cidadãos do município.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001439-7

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos AGESUL e Consórcio Guizardi/J. Gabriel.

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventuais irregularidades na implantação de ondulações e sinalizações transversais na Rodovia MS 162, que liga a cidade de Dourados à cidade Universitária (objeto originário do Inquérito Civil 28/2014).

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001505-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido

a: Fazenda São Boaventura

Assunto: Apurar e reparar os danos causados ao meio ambiente e aos moradores do Assentamento Uirapuru, em função do desvio do curso do córrego “Buritizinho”, localizado na propriedade denominada “Fazenda São Boaventura”, deixando os moradores vizinhos da propriedade sem água, e promover a adequada averbação da área de reserva legal na matrícula da referida propriedade, na razão de 20% (vinte por cento) por matrícula, visando a atender integralmente as exigências do artigo 16, parágrafos quarto e oitavo, da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal) e do Decreto Estadual nº 11.700/2004, notadamente sua localização determinada pelo órgão ambiental competente.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001360-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Amambai/MS e Edinaldo Luiz de Melo Bandeira Prefeito Municipal de Amambai

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no que concerne à doação de imóveis pela Prefeitura Municipal de Amambai nos anos de 2018 a 2020.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001010-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar a notícia de suposta ofensa a princípios da administração pública a partir da nomeação de servidor público para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente de Equipe de Iluminação Pública da Prefeitura Municipal de Naviraí, por meio da Portaria nº 416, de 29/06/2021.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001151-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Clóvis Augusto de Oliveira Rodrigues, Fazenda Santa Rita de Cássia

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 8,5 hectares de vegetação nativa localizada em área proposta para constituição de reserva legal, e de 12,34 hectares de vegetação nativa localizada fora de área de reserva legal, ocorridos na Fazenda Santa Rita de Cássia, em Caracol/MS, detectados pelo Pareceres Nugeo nº 546/19.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000648-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridas: Prefeitura Municipal de Pedro Gomes e Secretaria de Assistência Social

Assunto: Apurar a deficiência na atuação e estrutura da rede psicossocial do Município de Pedro Gomes, notadamente em razão da ausência de equipe de alta complexidade.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001706-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Processo nº 55/2012 Convite nº 004/2012, notadamente suposta violação à isonomia e competitividade do certame, bem como possível superfaturamento dos serviços.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2020.00001132-7 – SIGILOS**

50ª Promotoria de Justiça Execução Penal da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000536-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Borda do Rio Ltda.

Assunto: Apurar o déficit de 38,65 hectares para composição de Reserva Legal de modo a atender o mínimo legal de 20% com base no Cadastro Ambiental Rural nº 0019093, na Fazenda Santa Therezinha, em Naviraí/MS, conforme Parecer nº 006/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Curupaí).

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000649-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juvandir Pereira de Sá

Assunto: Apurar a ausência de 1,48 hectares para composição do mínimo de 20% de Reserva Legal e 1,44 hectares com ausência em área de APP, na Fazenda dos Encontros, em Angélica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano Parecer n. 020/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000746-0 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001196-4

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Caloi Norte S/A

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem ou que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Caloi Norte S.A, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000269-1 – SIGILOS**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00006363-4 – SIGILOS

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001844-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades nos processos licitatórios Pregão Presencial nº 002/2017 e Pregão Presencial nº 015/2017, os quais redundaram, respectivamente, na contratação das empresas Transpicoli Transportes LTDA e Odilon de Oliveira Rezende-ME, para prestação de serviços de transporte escolar neste Município, bem como na execução dos contratos daí decorrentes.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002593-9

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na desafetação de áreas institucionais e seleção de beneficiários para execução do Programa Habitacional "Lotes Urbanizados", no Município de Dourados.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001903-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Uemura & Cia S/S Ltda.

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais no Hospital da Vida, consistente em operação sem licenciamento ambiental e inadequação na disposição final do sangue proveniente de procedimentos cirúrgicos, bem como verificação do correto gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde.

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000141-8

Promotoria de Justiça das Entidades de Interesse Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a situação da carceragem na Delegacia de Polícia Civil de Sete Quedas, quanto a falta de local adequado para prender, apreender, custodiar ou alojar qualquer indivíduo adolescente ou do sexo feminino, bem como a necessidade de reforma e melhoria da estrutura carcerária.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000189-9

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde - SESAU

Assunto: Apurar a insuficiência de terapeutas ocupacionais no CAPS AD IV, conforme apontado no Relatório de Vistoria nº 31/2020/MS do Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul, bem como ausência de ventilação adequada nos quartos do CAPS AD IV.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000484-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rodrigo Antonini, Gustavo Henrique Scalabrin e Leandro Scalabrin, Fabio Antonini

Assunto: Apurar a necessidade de correção do Cadastro Ambiental Rural nº 15710, referente à Fazenda Jaguaruna III, em Naviraí/MS, para que haja retificação da área indicada como "Área de ocupação agrosilvipastoril" para "Área de remanescente de vegetação nativa", bem como retificação da referida área, de 24,57 hectares para 19,66 hectares, de acordo com o Parecer nº 051/2020/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios: Projeto Córrego Curupaí).

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00001280-8 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Caarapó

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00001528-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco de Paula Ribeiro Júnior



Assunto: Apurar eventual ilicitude na renúncia de receitas, por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal de Rochedo, no tocante à arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001732-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na aquisição de merenda escolar pelo Município de Nioaque nos anos de 2013 e 2014.

COMISSÃO ELEITORAL

AVISO Nº 02/2022/CE/CSMP

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, do § 5º, do artigo 10, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e o art. 8º da Resolução nº 8/2022-CPJ, de 29 de setembro de 2022, torna pública a **relação dos candidatos habilitados** para concorrer à eleição para Conselheiro do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2023-2024:

Candidatos habilitados:

Antonio Siufi Neto;
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto;
Ariadne de Fátima Cantú da Silva;
Aroldo José de Lima;
Esther Sousa de Oliveira;
Evaldo Borges Rodrigues da Costa;
Filomena Aparecida Depólito Fluminhan;
Gerardo Eriberto de Moraes;
Irma Vieira de Santana e Anzoategui;
Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya;
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo e
Rogério Augusto Calábria de Araújo.

Campo Grande, 25 de outubro de 2022.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador de Justiça e

Presidente da Comissão Eleitoral

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS N° 35/2022**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP n° 09.2022.00006202-4

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Delegacia de polícia Civil de Anastácio/MS, representado por seu Delegado de Polícia, Karolina Souza Pereira

Amparo legal: Resolução n° 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 4 de julho de 2022.

Itens doados:

N° DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Mesa	3
2	Suporte CPU	1
3	Estação de trabalho	2
TOTAL DE ITENS		6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa n° 09.2022.00004971-0

Notificada: M Giroldo Decora Ltda

M GIROLDO DECORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n° 18.900.026/0001-51, sediada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, n° 2.739, Centro, CEP 87.120-000, na cidade de Floresta/PR, representada neste ato por João Carlos Guerra, portador da Cédula de Identidade RG n° 2xxxxxx6 SSP/PR e do CPF n° 517.xxx.xxx-20, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória de 10% (dez por cento) do valor global do contrato (item 9.1.2., da cláusula nona, do Contrato n° 89/PGJ/2022). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea “F”, e §§ 1º e 4º, da Lei n° 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 1.916,97 (um mil novecentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos) no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo n° 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo n° 3 com o nome da empresa. Decorrido o prazo sem que haja oferecimento de recurso e pagamento da multa será providenciada a inscrição das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa n° 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço n° 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.



RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 09.2022.00007345-4

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Oracle do Brasil Sistemas Ltda.

Valor: R\$ 697.466,52 (seiscentos e noventa e sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004969, de 21.10.2022, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Renovação do serviço de suporte técnico e direito de atualização de software de 16 (dezesesseis) licenças *Oracle Database Enterprise Edition* e 8 (oito) licenças *Oracle Real Application Cluster*, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Justificativa: Por ser a empresa Oracle do Brasil Sistemas Ltda. a única companhia autorizada no Brasil para renovar e executar os serviços de suporte técnico pretendidos, incluindo a atualização de programas e tecnológica. Além do mais, a escolha da empresa está justificada pela necessidade de dar suporte e continuidade aos serviços já adquiridos e utilizados pelo Ministério Público Estadual. Resta, dessa feita, configurada a situação concreta de impossibilidade de competição, que conduz à contratação direta por inexigibilidade de licitação.

Ratifica: Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*.

Campo Grande/MS, 21 de outubro de 2022.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/PGJ/2020

Processo nº PGJ/10/0791/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **PÓS-DADOS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.**, representada por **Pedro Ramos Melges**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, inciso IV, e artigo 65, §8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses; e reajuste do valor contratado, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor contratual mensal: R\$ 12.878,30 (doze mil oitocentos e setenta e oito reais e trinta centavos).

Vigência: 22.10.2022 a 22.10.2023.

Data de assinatura: 21 de outubro de 2022.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO DE BEM PÚBLICO ESPECIAL CONCEDIDA PELO MPMS AO SICREDI CAMPO GRANDE MS

Processo: 09.2021.00004160-3

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DE CAMPO GRANDE E REGIÃO – SICREDI CAMPO GRANDE MS**, representado por seu Diretor Executivo, **Marco Túlio Forti Garcia**, e por seu Diretor de Operações, **Odive Soares da Silva**.

Amparo legal: Artigo 40 e seguintes da Lei Estadual nº 273 de 19 de outubro de 1981.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso Gratuito de Bem Público Especial, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 07.11.2022 a 07.11.2023.

Data da assinatura: 21 de outubro de 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.594 DE 25 DE JANEIRO DE 2022, PÁGINAS 27 E 28, NO DOMP-MS Nº 2.651 DE 25 DE ABRIL DE 2022, PÁGINAS 63 E 64, E NO DOMP-MS Nº 2.724 DE 9 DE AGOSTO DE 2022, PÁGINAS 32 E 33.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/1625/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **PAULO ELETRO LTDA**, representada por **Paulo Otavio de Souza**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 29/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de elétricos (luminárias e módulos de tomada), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Luminária de Sobrepor com capacidade para quatro lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 600 mm de comprimento. Construída em chapa de aço fosfatizada, pintura eletrostática da cor branca, refletor parabólicos em alumínio anodizado de alta pureza e refletância compatível, aletas parabólicas em alumínio anodizado de alta pureza, seladas na parte superior; curva fotométrica aberta, tipo “bat wing”; rendimento mínimo de 75%. Marca: Lumipetro.	Unidade	30	150,00
3	Luminária de Sobrepor com capacidade para quatro lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 1200 mm de comprimento. Construída em chapa de aço, com pintura com tinta pó poliéster de alta resistência na cor branca microtexturizada. Marca: Lumipetro.	Unidade	20	250,00
8	Luminária plafon quadrada de embutir, fabricada em alumínio com acabamento na cor branca, dimensões 30 x 30, potência de 24w, 6000k, com driver bivolt já incluso, vida útil de 50.000 horas com tecnologia LED e difusor em acrílico branco. Marca: Ledimport.	Unidade	50	48,55
11	Módulo cego de encaixe para proteção e acabamento de tomadas, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível, dimensões aproximadas de 4,5 cm x 2,5 cm (largura x comprimento). Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
12	Módulo de tomada 2P+T, 10 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4 mm, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
13	Módulo de tomada 2P+T, 20 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4,8 mm, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
17	Módulo tomada 10A 2P+T, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Pial.	Unidade	1000	8,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.594 DE 25 DE JANEIRO DE 2022, PÁGINAS 28 E 29, NO DOMP-MS Nº 2.651 DE 25 DE ABRIL DE 2022, PÁGINAS 64 E 65, E NO DOMP-MS Nº 2.724 DE 9 DE AGOSTO DE 2022, PÁGINAS 31 E 32.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/1625/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, representada por **Valéria Zan Molinaro**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 29/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de elétricos (luminárias e módulos de tomada), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
10	Módulo de interruptor simples, bivolt, 10 A, cor branco, acionamento por tecla, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS). Fabricado em plástico não propagante à chama e metal, Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Pial Legrand.	Unidade	100	12,55
11	Módulo cego de encaixe para proteção e acabamento de tomadas, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível, dimensões aproximadas de 4,5 cm x 2,5 cm (largura x comprimento). Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
12	Módulo de tomada 2P+T, 10 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4 mm, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
13	Módulo de tomada 2P+T, 20 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4,8 mm, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
14	Módulo cego, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Pial Legrand.	Unidade	1.000	4,00
15	Módulo interruptor paralelo de 10 A, 250 V, branco, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Pial Legrand.	Unidade	200	8,50
16	Módulo interruptor simples de 10 A, 250 V, branco, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Pial Legrand.	Unidade	300	7,00
18	Módulo tomada 20A 2P+T, vermelho, linha Zeffia. Marca Legrand, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Pial Legrand.	Unidade	500	18,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de janeiro de 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.713 DE 25 DE JULHO DE 2022, PÁGINAS 38 E 39.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **SOUZA ALVES & CIA LTDA**, representada por **Evanildo Albuquerque da Rosa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Organizador vertical, em acrílico transparente, com três divisões (espaços para colocar folha em pê), para papel A4. Marcas de referência Walleu, Dello e Acrimet. Marca: Acrimet	Unidade	100	45,01
5	Pasta catálogo para documentos, em formato A4, com etiqueta de identificação na capa, com no mínimo 50 envelopes plásticos transparentes na parte interna. Marca: Dac	Unidade	50	14,50
8	Pasta para dedo (Molha dedo), em creme, contendo ácido graxo, glicóis e essência, embalagem pesando aproximadamente 12g, não tóxico. Marcas de referência: Central, Acrimet, Radex e Cis. Marca: Radex	Unidade	200	1,75
9	Pasta suspensa em material plástico, cor transparente, com visor, etiqueta, grampo plástico e haste plástica, medindo aproximadamente 37cm x 24cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marca de referência: Polycart, Polibrás Dello, e ACP. Marca: Polibrás	Unidade	1000	3,15

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.713 DE 25 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 39.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **MBEM COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA**, representada por **Márcia Lima Bem**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Papel sulfite, para plotter, rolo medindo 610mm x 50m, gramatura 75g/m². Marca: VR	Unidade	10	59,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.713 DE 25 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 37.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **RIQUEL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE MANUFATURADOS LTDA**, representada por **Aerton Luiz Cipriano Guimarães**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
10	Perfurador para papel, de ferro, com pintura esmaltada na cor preta, com porta resíduos na base, em material plástico ou emborrachado, medindo aproximadamente 15cm de largura x 10cm de largura x 6cm de altura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), com capacidade para perfurar de uma só vez até 40 folhas de papel sulfite com 75g/m², com 1 ano de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Grampline, Central, Maped e Tilibra. Marca: MAPED	Unidade	250	74,90

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.713 DE 25 DE JULHO DE 2022, PÁGINAS 37 E 38.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **SPORTS EMPÓRIO, PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA**, representada por **Suleiman Antar Suleiman Mohammed**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.



Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Pincel atômico, corpo em material plástico, tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada, cor azul, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint	Unidade	150	2,98
12	Pincel atômico, corpo em material plástico, tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada, cor preta, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint	Unidade	150	2,98
14	Plástico bolha, bobina medindo 1,30 metros de largura x 100m de comprimento. Marca: Safra	Unidade	50	99,80
16	Porta lápis, canetas, cliques e lembretes confeccionados em material acrílico, cor cristal ou fumê. Marcas de referência: Waleu, Acrilex e Acrinil. Marca: Waleu	Unidade	200	10,94

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 19 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.713 DE 25 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 38.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI**, representada por **Alessandra de Angelo Mendonça**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
17	Recados autoadesivos, removíveis, medindo 76mm x 102mm, embalagem contendo 1 bloco, com 100 folhas, cor amarela. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: Adelbrás	Unidade	2500	5,70
18	Recados autoadesivos, removíveis, medindo, 38mm x 51mm cada, embalagem contendo 4 blocos, 100 folhas por bloco, cor amarela ou pacote com cores variadas. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: Adelbrás	Unidade	2500	6,48

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

**FAMEH/MP****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente do **Fundo de Assistência Médico-Hospitalar do Ministério Público – FAMEH/MP**, convoca a **Assembleia Geral Ordinária** dos Associados a realizar-se de modo eletrônico, ou presencial no local, data e hora abaixo indicados, para tratar, discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia:

- 1 - Eleições para a Diretoria Executiva;
- 2 - Eleições para o Conselho Fiscal, Titulares e Suplentes;
- 3 - Eleições para o Conselho Deliberativo.

Local: Sede da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público
Rua Mendel, 197, Bairro Carandá Bosque I – Campo Grande/MS.

Data: **09 de dezembro de 2022 (Sexta-feira)**

Hora: Início: **9h.**
Término: **17h.**

Informamos que as Chapas para concorrerem ao pleito deverão ser apresentadas em até 15 dias da publicação deste Edital, individualmente para cada órgão.

O eleitor deverá atualizar junto ao FAMEH/MP, pelos telefones (67) 3326-3882 ou (67) 98145-4566, o seu endereço eletrônico até o dia 30/11/2022, a fim de possibilitar o exercício de seu voto por meio eletrônico.

Campo Grande/MS, 25 de outubro de 2022.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Presidente
FAMEH/MP